



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS



# CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

EDITAL Nº 10, DE 10 DE JANEIRO DE 2022

## AUDITOR

13 DE MARÇO DE 2022

Nome: \_\_\_\_\_ Nº de Inscrição: \_\_\_\_\_

### BOLETIM DE QUESTÕES

#### LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTEs.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 50 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo 10 de Língua Portuguesa, 06 de Legislação, 04 de Raciocínio Lógico e 30 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A)**, **(B)**, **(C)**, **(D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 3 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA. Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 4 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo e não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo.
- 5 O CARTÃO-RESPOSTA somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus. A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul**. O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção das provas objetivas.
- 6 O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova. Quando terminar a prova, assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 7 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas, com início às 14h30 horas e término às 18h30 horas**, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 8 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova em razão de afastamento do candidato da sala de prova ou para preenchimento do seu CARTÃO-RESPOSTA ou de outros formulários. Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.
- 9 Somente será permitido ao candidato levar o seu Boletim de Questões, ao deixar em definitivo a sala de provas, no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos que antecedem o término da prova.



**MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 01 A 50**

**LÍNGUA PORTUGUESA**

**Leia atentamente o texto a seguir para responder às questões de 01 a 10.**

Ciência e política em tempos de negacionismo

01 Compreender os fatores que culminaram na decisão de vários governantes de voltar às  
02 ruas antes do tempo recomendado para enfrentar a pandemia do coronavírus demanda uma  
03 análise cuidadosa.

04 Uma matéria do jornal O Globo, publicada em 11 de junho de 2020, tratava da  
05 impressionante multidão atraída aos shoppings do Rio de Janeiro, reabertos à frequência  
06 naquele mesmo dia. Muitos ficaram assombrados – não sem razão – pela decisão da prefeitura  
07 de permitir a reabertura dos estabelecimentos comerciais num momento em que a pandemia  
08 estava ainda longe de ser controlada. Mas, justamente porque tantos de nós já não esperamos  
09 coerência ou proteção desses governantes, o que aparentemente causou mais espanto foi a  
10 avidez com que tantas pessoas responderam ao chamado de “retorno à normalidade”, mesmo  
11 com os números de infectados e mortos aumentando.

12 Nesse contexto, a frase dita por um dos entrevistados na reportagem, que aguardava  
13 pacientemente na fila para entrar no shopping, pode soar atordoante: “É engraçado: sou contra,  
14 mas estou aqui. Acho que o shopping é lazer, bem-estar, conforto e segurança. Mesmo vindo,  
15 acho que não era o momento da reabertura. Estamos em uma situação crítica e acredito que vai  
16 aumentar o número de casos. Mesmo assim, a gente é tentado a vir”.

17 O testemunho expressa desorientação, de fato, mas não ignorância. As narrativas da  
18 ciência são ouvidas, mas não bastam para induzir comportamentos. Esse é o nó. Vivemos tempos  
19 em que sinais contrários são emitidos todo o tempo, evidenciando um conflito de autoridade.

20 Nossa hipótese é a de que não há déficit de conhecimento ou de saber atuando como  
21 pressuposto dessas ações: as pessoas sabem dos riscos, mas o que explica a contradição entre  
22 o que elas sabem e fazem é uma “incompatibilidade de mundos”.

23 Essa defasagem se estabelece não apenas entre as diferentes classes sociais, mas  
24 também no interior delas, com a crescente cisão que a chamada “crise da democracia” vem  
25 provocando entre nossas vidas privadas – incluindo nossas relações mais próximas – e nosso  
26 senso de pertencimento a uma coletividade ampliada (a sociedade). Essa crise da democracia,  
27 evidentemente, reverbera nas instituições que a sustentam, o que não exclui a ciência. É assim  
28 que suas verdades não têm conseguido engajar a maioria das pessoas num projeto comum, não  
29 têm contribuído para a construção de um tecido social coeso, não têm servido de ponte para  
conectar necessidades e desejos individuais a projetos coletivos.

Disponível em <https://cienciahoje.org.br/artigo/ciencia-e-politica-em-tempos-de-negacionismo/>

Acesso em 22/01/22. Texto Adaptado.

- 1** De acordo com o texto, a população em geral
- (A)** desacredita na ciência.
  - (B)** ignora o conhecimento científico.
  - (C)** desconfia da ciência.
  - (D)** abomina tudo o que é científico.
  - (E)** deixou de aderir ao conhecimento científico.



- 2** O texto sugere que “a decisão dos governantes de voltar às ruas antes do tempo recomendado” foi
- (A) descabida.
  - (B) previsível.
  - (C) impressionante.
  - (D) incoerente.
  - (E) atordoante.
- 3** O uso de crase na expressão “às ruas” (linhas 01 e 02) se justifica pela mesma regra utilizada em
- (A) à luz da justiça, somos todos iguais.
  - (B) é sempre emocionante retornar à terra natal.
  - (C) é imprescindível a adequação às normas sociais.
  - (D) a violação às regras do jogo não é aceitável.
  - (E) às vezes, tudo o que se precisa é de paz interior.
- 4** O uso de travessões no trecho “não sem razão” (linha 6) se justifica por indicar
- (A) comentário do autor do texto.
  - (B) diálogo no interior do texto.
  - (C) substituição de vírgulas.
  - (D) supressão de parênteses.
  - (E) recurso estilístico.
- 5** A palavra “bem-estar” apresenta hífen seguindo a mesma regra que a usada em
- (A) anti-inflamatório.
  - (B) extra-humano.
  - (C) ex-diretora.
  - (D) tira-teima.
  - (E) pan-americano.
- 6** A expressão “retorno à normalidade” (linha 10) está entre aspas para sinalizar que se trata de um(uma)
- (A) expressão enfática.
  - (B) exemplar de discurso indireto.
  - (C) forma de discurso direto.
  - (D) caso de ironia.
  - (E) caso de estrangeirismo.
- 7** “Essa defasagem” (linha 23) diz respeito, principalmente,
- (A) ao descompasso entre ciência e sociedade.
  - (B) à diferença entre as classes sociais.
  - (C) ao grave problema da crise democrática.
  - (D) aos efeitos do negacionismo na sociedade.
  - (E) aos efeitos negativos nas nossas relações pessoais.
- 8** A palavra “cisão” (linha 24) significa
- (A) concessão.
  - (B) deterioração.
  - (C) aglomeração.
  - (D) separação.
  - (E) polarização.



**9** No texto, a expressão “suas verdades” (linha 28) refere-se à(às)

- (A) coletividade.
- (B) sociedade.
- (C) democracia.
- (D) instituições.
- (E) ciência.

**10** A palavra “negacionismo”, tal como usada no texto, ilustra um caso de

- (A) estrangeirismo.
- (B) silogismo.
- (C) neologismo.
- (D) anacronismo.
- (E) paralelismo.

### LEGISLAÇÃO

**11** No provimento derivado por reingresso, o servidor retorna ao serviço ativo do qual estava desligado. Sobre a modalidade de provimento derivado na forma reversão, é correto afirmar:

- (A) A reversão de ofício é o retorno do servidor aposentado por invalidez para ocupar outro cargo compatível com o seu novo estado.
- (B) A reversão a pedido ocorre quando o servidor aposentado compulsoriamente requer à administração o retorno ao cargo de origem.
- (C) A reversão de ofício é ato vinculado que só não será realizado caso o servidor tenha completado 70 anos.
- (D) Na reversão de ofício, mesmo não havendo cargo vago, o servidor ocupará o cargo de origem.
- (E) Na reversão a pedido, não há necessidade de serem preenchidos requisitos cumulativos para ser solicitada.

**12** A Lei 8.112/90 denomina de vantagens qualquer valor recebido pelo servidor que não se enquadre na definição de vencimento. Sobre as vantagens que recebem os servidores públicos, é correto afirmar:

- (A) As indenizações não integram a remuneração. Os adicionais integram a remuneração. E as gratificações se incorporam apenas nos vencimentos, ficando excluídos de tal incorporação os proventos.
- (B) As indenizações visam a recompor o patrimônio do servidor que sofreu uma redução em decorrência do regular exercício de suas funções.
- (C) O valor pago a título de ajuda de custo é calculado sobre os vencimentos do servidor, não podendo exceder a importância correspondente a 03 (três) meses de vencimentos.
- (D) As diárias são devidas ao servidor público que se desloca, seja em caráter temporário ou permanente.
- (E) O auxílio-moradia consiste no ressarcimento das despesas comprovadamente realizadas pelo servidor com aluguel de moradia, e, no caso de falecimento do servidor, o auxílio-moradia continuará sendo pago por até 3 meses.



- 13** O servidor público faz jus a licenças por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva às suas expensas. Sobre as licenças por motivo de doença em pessoa da família, é correto afirmar:
- (A)** A concessão de licença e suas prorrogações serão sempre precedidas por perícia médica oficial. Contudo, esta poderá ser dispensada se a licença for inferior a 15 dias, dentro de um ano, na forma definida em regulamento.
  - (B)** Durante o período da licença, é facultado ao servidor o exercício de atividade remunerada.
  - (C)** A licença, incluídas suas prorrogações, poderá ser concedida, por até 90 (noventa dias) consecutivos, ou não, mantida a remuneração do servidor.
  - (D)** A soma das licenças remuneradas e das licenças não remuneradas, incluídas as prorrogações, não poderá ultrapassar os 60 dias consecutivos, se mantida a remuneração, ou os 90 dias consecutivos, também mantendo-se a remuneração.
  - (E)** O tempo de licença não remunerada que exceder a trinta dias em um período de 12 meses não é contado para nenhum efeito.
- 14** Sabe-se que os instrumentos de apuração da responsabilidade dos servidores públicos por infrações praticadas no exercício de suas atribuições consistem em administrativo disciplinar – PAD ou nas sindicâncias. Sobre esses instrumentos, é correto afirmar:
- (A)** A instauração de processo administrativo disciplinar – PAD dá-se pela publicação de portaria de designação de comissão encarregada de proceder aos trabalhos de investigação e culmina com a apresentação de relatório final conclusivo sobre a procedência ou não das acusações levantadas, a qual a autoridade julgadora deve acatar, mesmo sendo apresentadas as provas em contrário.
  - (B)** O servidor que estiver respondendo a um PAD só poderá ser exonerado “de ofício”.
  - (C)** O servidor investigado será temporariamente afastado pelo prazo de 60 dias, prorrogável por igual período, mesmo que ainda não concluído o processo, pois esse prazo é peremptório.
  - (D)** Se a autoridade tiver ciência da irregularidade no serviço público, é recomendável que promova a apuração mediante processo administrativo disciplinar, portanto lhe é facultativo.
  - (E)** Para a aplicação de advertência por mais de 30 dias, e de suspensão de até 15 dias, basta a Sindicância.
- 15** Levando-se em conta os parâmetros normativos do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil Federal (Dec. 1.171, de 22 de junho de 1994), é(são) regra(s) de conduta profissional:
- (A)** Tratar rigorosamente os usuários do serviço, aperfeiçoando o processo de comunicação de acordo com a impessoalidade comunicativa, com o objetivo de tornar as comunicações eletrônicas e, portanto, impessoais.
  - (B)** Zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências da classe, mesmo que precise confrontar com a segurança coletiva.
  - (C)** Exercer, sem limites facultativos, as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, atuando a favor dos legítimos interesses dos usuários dos serviços públicos.
  - (D)** Se for para observar as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa em lei, é facultado ao servidor exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público.
  - (E)** Divulgar e informar a todos os integrantes de sua classe sobre o Código de Ética Profissional, estimulando seu integral cumprimento.



- 16** Quanto ao Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (Decreto nº 5.825, de 12 de janeiro de 2005), é correto afirmar:
- (A) A alocação de cargos consiste no processo de distribuição destes baseado em critérios de dimensionamento objetivos, previamente definidos e expressos em uma matriz, visando ao desenvolvimento institucional.
  - (B) O ocupante da carreira é o servidor efetivo ou temporário que pertence ao quadro da IFE, ocupando o Plano de Carreira.
  - (C) O desempenho consiste na execução de atividades e na identificação da análise quantitativa e qualitativa da força de trabalho.
  - (D) A capacitação é um processo permanente e deliberado de aprendizagem que depende da execução de atividades e cumprimento de metas.
  - (E) O desenvolvimento é um processo contínuo que amplia os conhecimentos do servidor e desenvolve atividades técnico-administrativas da gestão, dependente do vínculo entre os servidores e a IFE.

### RACIOCÍNIO LÓGICO

- 17** Se todo X é Y e nenhum Y é Z, conclui-se que
- (A) nenhum Y é X.
  - (B) nenhum X é Z.
  - (C) todo X é Z.
  - (D) todo Z é Y.
  - (E) todo Y é X.
- 18** Três amigas, Ana, Laura e Maria, são casadas com Jonas, Roberto e Paulo, mas não se sabe quem é casada com quem. A profissão de cada marido é professor, médico e advogado, mas também não se sabe exatamente o que cada um faz. Com base nas quatro informações a seguir: a) O médico é casado com Maria, b) Paulo é advogado, c) Laura não é casada com Paulo e d) Roberto não é médico, é correto afirmar que
- (A) Laura é casada com Jonas.
  - (B) Jonas é professor.
  - (C) Paulo é casado com Ana.
  - (D) Roberto é advogado.
  - (E) Ana é casada com Roberto.
- 19** Todos os gatos são felinos. Assim sendo,
- (A) o conjunto dos gatos contém o conjunto dos felinos.
  - (B) o conjunto dos felinos contém o conjunto dos gatos.
  - (C) todos os felinos são gatos.
  - (D) algum gato não é felino.
  - (E) nenhum gato é felino.
- 20** O próximo termo da série ADE, BFH, CHK, ... é
- (A) DJN.
  - (B) DFH.
  - (C) CFG.
  - (D) FEI.
  - (E) BUI.





## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21** A NBC TA 200 (R1) trata dos objetivos gerais do auditor independente e da condução da auditoria, em conformidade com as normas de auditoria. Nesse sentido, quanto à auditoria de demonstrações contábeis prevista em seu texto, pode-se dizer que
- (A)** as demonstrações contábeis sujeitas à auditoria são as da entidade, elaboradas pela sua equipe de contabilidade (contadores, técnicos de contabilidade e respectivos estagiários de contabilidade), com supervisão geral dos responsáveis pela administração da entidade, tais como presidente, diretores e supervisores, incluindo o controle interno, quanto existente.
  - (B)** a asseguuração razoável é um nível elevado de segurança, contudo, essa asseguuração razoável não é um nível absoluto de segurança, porque há limitações inerentes em uma auditoria, as quais resultam do fato de que a maioria das evidências de auditoria em que o auditor baseia suas conclusões e sua opinião é persuasiva, não conclusiva.
  - (C)** a auditoria das demonstrações contábeis exime a administração ou os responsáveis pela governança das responsabilidades que são fundamentais para a condução da auditoria, pois os reais responsáveis por essas responsabilidades são os profissionais de contabilidade e os auditores internos das organizações.
  - (D)** a opinião do auditor considera as demonstrações contábeis como um todo e, portanto, o auditor é o principal responsável pela detecção de distorções que não sejam relevantes para as demonstrações contábeis como um todo. Isto é, o auditor não pode deixar essa responsabilidade para a administração da organização nem para o profissional de contabilidade.
  - (E)** o auditor precisa se concentrar exclusivamente nas responsabilidades a respeito dos assuntos principais decorrentes da auditoria, não devendo se ocupar ou desviar sua atenção a outras responsabilidades de comunicação e de relatórios, perante os usuários, a administração, responsáveis pela governança ou partes fora da entidade, que possam atrasar a elaboração do relatório final de auditoria.
- 22** Em casos de dúvida a respeito da confiabilidade das informações ou indicações de possível fraude, as normas de auditoria exigem que o auditor faça investigações adicionais e determine quais modificações ou adições aos procedimentos de auditoria são necessários para solucionar o assunto. De acordo com a NBC TA 200 (R1), este procedimento está diretamente relacionado com
- (A)** o risco de auditoria.
  - (B)** o risco de detecção.
  - (C)** o risco de distorção relevante.
  - (D)** o ceticismo profissional.
  - (E)** o julgamento profissional.
- 23** Os termos do trabalho de auditoria estabelecidos devem ser formalizados na chamada carta de contratação de auditoria ou em outra forma adequada de acordo por escrito. De acordo com a NBC TA 210 (R1) - Concordância com os Termos do Trabalho de Auditoria, diversas são as informações que devem ser incluídas nessa carta ou acordo. Porém, esta referida norma não prevê que faça parte da carta de contratação de auditoria ou do acordo
- (A)** as responsabilidades do auditor.
  - (B)** as responsabilidades da administração.
  - (C)** os honorários do auditor e de sua respectiva equipe de trabalho.
  - (D)** o objetivo e o alcance da auditoria das demonstrações contábeis.
  - (E)** a identificação da estrutura de relatório financeiro aplicável para a elaboração das demonstrações contábeis.



- 24** Certo escritório de auditoria foi contratado pela empresa Tudo Certo S/A para auditar sua operacionalização e respectivos resultados referente ao exercício anterior e, assim, foi elaborada a carta de contratação de auditoria discutida entre as partes. No entanto, antes de finalizar os trabalhos, o auditor responsável foi chamado pela direção da empresa Tudo Certo S/A, a qual solicitou uma redução no alcance da auditoria, o que geraria um menor nível de assecuração. De acordo com a NBC TA 210 (R1) - Concordância com os Termos do Trabalho de Auditoria, o auditor responsável deve, de imediato
- (A) determinar se há justificativa razoável para essa mudança.
  - (B) rejeitar a solicitação de alteração e cumprir o previsto na carta de contratação.
  - (C) aceitar a solicitação de alteração e providenciar os ajustes na carta de contratação.
  - (D) cancelar a carta de contratação e denunciar aos órgãos competentes, por questões éticas da profissão de auditor.
  - (E) finalizar os trabalhos e entregar um relatório parcial, pois não pode haver alterações na carta de contratação.
- 25** A NBC TA 210 (R1), que trata da Concordância com os Termos do Trabalho de Auditoria, apresenta alguns atributos das estruturas de relatórios financeiros normalmente aceitáveis, que resultam em informações fornecidas em demonstrações contábeis, as quais são úteis para os usuários previstos. No entanto, apesar de ser um atributo qualitativo importante na estrutura conceitual, não faz parte diretamente desse elenco de atributos citados pela referida norma a
- (A) relevância, em que as informações fornecidas nas demonstrações contábeis são relevantes para a natureza da entidade e o objetivo das demonstrações contábeis.
  - (B) integridade, para que transações e eventos, saldos contábeis e divulgações que poderiam afetar conclusões baseadas nas demonstrações contábeis não sejam omitidas.
  - (C) tempestividade, em que os fatos contábeis que alteram o patrimônio quantitativa e qualitativamente, sejam registrados em tempo oportuno.
  - (D) neutralidade, contribuindo para que as informações nas demonstrações contábeis não sejam tendenciosas.
  - (E) compreensibilidade, em que as informações nas demonstrações contábeis são claras e abrangentes e não estão sujeitas à interpretação significativamente diferente.
- 26** A NBC TA 500 descreve a confiabilidade das informações a serem utilizadas como evidência de auditoria. Embora reconhecendo que podem existir exceções, algumas generalizações sobre a confiabilidade da evidência de auditoria podem ser úteis. Nesse sentido, pode-se dizer que contraria a citada norma dizer que
- (A) o auditor confia mais em uma ata de reunião elaborada tempestivamente do que em uma representação verbal subsequente dos assuntos discutidos.
  - (B) o auditor confia mais quando obtém evidência diretamente pela observação, por exemplo, acompanhamento do inventário físico de estoques, do que um documento digitalizado com as imagens do procedimento de inventário físico de estoques.
  - (C) o auditor confia mais em um documento digitalizado do que em um documento físico original.
  - (D) o auditor confia mais ao obter evidência de auditoria diretamente pela observação da aplicação de um controle, por exemplo, do que quando a evidência é obtida indiretamente, por exemplo, na indagação a respeito da aplicação de controle.
  - (E) o auditor confia mais em uma confirmação externa do que em minuta de reunião da entidade.





- 27** O objetivo do auditor é definir e executar procedimentos de auditoria que permitam a este conseguir evidência de auditoria apropriada e suficiente que lhe possibilite obter conclusões razoáveis para fundamentar a sua opinião. Para atingir esse objetivo, faz-se necessário o conhecimento de alguns conceitos, tais como: “é a medida da qualidade da evidência de auditoria, isto é, a sua relevância e confiabilidade para suportar as conclusões em que se fundamenta a opinião do auditor”. Este conceito, segundo a NBC TA 500, refere-se à
- (A)** evidência de auditoria.
  - (B)** adequação da evidência de auditoria.
  - (C)** fonte de informação externa.
  - (D)** fonte de informação interna.
  - (E)** suficiência da evidência de auditoria.
- 28** A NBC TA 230, a qual trata da documentação de auditoria, em comunhão com outras normas, requer que as firmas de auditoria estabeleçam políticas e procedimentos para a conclusão tempestiva da montagem dos arquivos de auditoria. Nesse sentido, a referida norma sugere que o limite de tempo apropriado para concluir a montagem do arquivo final de auditoria não ultrapasse os
- (A)** 30 dias, após a data do relatório do auditor.
  - (B)** 60 dias, após a data do relatório do auditor.
  - (C)** 90 dias, após a data do relatório do auditor.
  - (D)** 120 dias, após a data do relatório do auditor.
  - (E)** 180 dias, após a data do relatório do auditor.
- 29** A NBC TA 240 (R1), em seu item 42, comenta que “A menos que todos os responsáveis pela governança estejam envolvidos na administração da entidade, se o auditor tiver identificado ou suspeitar de fraude envolvendo: a administração; empregados com funções significativas no controle interno; ou outros, cujas fraudes gerem distorção relevante nas demonstrações contábeis, o auditor deve comunicar tempestivamente esses assuntos”
- (A)** aos responsáveis pela governança.
  - (B)** aos sócios majoritários da empresa.
  - (C)** ao Ministério Público.
  - (D)** à Secretaria da Receita Federal.
  - (E)** à Comissão de Valores Mobiliários.
- 30** Em determinada entidade, os trabalhos de auditoria identificaram que a administração foi motivada a reduzir os ganhos em valor relevante, para minimizar a tributação e ainda inflou ganhos para garantir financiamentos bancários. De acordo com a NBC TA 240 (R1), esses fatos são considerados
- (A)** erro contábil tipo 1, considerado simples, passível de advertência.
  - (B)** erro contábil tipo 2, considerado moderado, passível de exoneração.
  - (C)** erro contábil tipo 3, considerado grave, passível de exoneração seguida de prisão.
  - (D)** informações contábeis fraudulentas.
  - (E)** riscos de distorções relevantes.



- 31** A determinação de materialidade pelo auditor é uma questão de julgamento profissional e é afetada pela percepção do auditor, em se tratando das necessidades de informações financeiras dos usuários das demonstrações contábeis. Segundo a NBC TA 320 (R1), o auditor não precisa assumir que esses usuários
- (A) possuam conhecimento razoável de negócios, atividades econômicas, de contabilidade e a disposição de estudar as informações das demonstrações contábeis com razoável diligência.
  - (B) entendam que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade.
  - (C) reconheçam as incertezas inerentes à mensuração de valores baseados no uso de estimativas, julgamento e a consideração sobre eventos futuros.
  - (D) tomem decisões econômicas razoáveis, com base nas informações das demonstrações contábeis.
  - (E) participem ativamente das decisões que provocam alterações no patrimônio da empresa, seja nas assembleias gerais ou em reuniões extraordinárias, quando convocados.
- 32** A NBC TA 530 refere-se à norma que deve ser aplicada quando o auditor independente decide usar a amostragem na execução de procedimentos de auditoria. Nesse sentido, quanto ao tamanho da amostra, pode-se dizer que
- (A) o nível de risco de amostragem que o auditor está disposto a aceitar não afeta o tamanho da amostra exigido.
  - (B) o nível de risco de amostragem que o auditor está disposto a aceitar afeta o tamanho da amostra exigido e, quanto menor o risco que o auditor está disposto a aceitar, menor deve ser o tamanho da amostra.
  - (C) o nível de risco de amostragem que o auditor está disposto a aceitar afeta o tamanho da amostra exigido e, quanto menor o risco que o auditor está disposto a aceitar, maior deve ser o tamanho da amostra.
  - (D) o nível de risco de amostragem que o auditor está disposto a aceitar afeta o tamanho da amostra exigido e, quanto maior o risco que o auditor está disposto a aceitar, maior deve ser o tamanho da amostra.
  - (E) o nível de risco de amostragem que o auditor está disposto a aceitar afeta o tamanho da amostra exigido, sendo o risco, proporcionalmente, maior ou igual ao tamanho da amostra.
- 33** Em circunstâncias extremamente raras, quando o auditor considera que uma distorção ou um desvio descobertos na amostra são anomalias, o auditor deve obter um alto grau de certeza de que essa distorção ou esse desvio não sejam representativos da população. Segundo a NBC TA 530, para conseguir esse grau de certeza, o auditor deve
- (A) reunir com os responsáveis pela governança da empresa, com o objetivo de tomarem uma decisão em conjunto sobre o que fazer para evitar que o desvio não afete o restante da população.
  - (B) coletar no universo de dados disponíveis uma nova amostra que seja livre de desvios e anomalias.
  - (C) selecionar os desvios que provocaram as anomalias e posteriormente excluí-los da amostra, para evitar viés no relatório de auditoria.
  - (D) reunir com todos as pessoas envolvidas no processo de auditoria (responsáveis pela governança, diretores e funcionários com cargos de confiança), para decidirem em conjunto sobre o que fazer para evitar que o desvio não afete o restante da população.
  - (E) executar procedimentos adicionais de auditoria, para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente de que a distorção ou o desvio não afetam o restante da população.



- 34** A Organização internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI) é a responsável pela emissão das Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAI), as quais visam promover a realização de auditorias independentes e eficazes pelas Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS). Para uma melhor compreensão da auditoria no setor público, a INTOSAI definiu três tipos principais de auditoria, quais sejam:
- (A)** auditoria patrimonial, auditoria financeira e auditoria econômica.
  - (B)** auditoria do tesouro nacional, auditoria orçamentaria e auditoria patrimonial.
  - (C)** auditoria financeira, auditoria operacional e auditoria de conformidade.
  - (D)** auditoria orçamentaria, auditoria financeira e auditoria de compensação.
  - (E)** auditoria interna, auditoria externa e auditoria neutra.
- 35** De acordo com a Instrução Normativa (IN) CGU nº 3/2017, a estrutura de controles internos dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal deve contemplar as três linhas de defesa da gestão ou camadas, a qual deve comunicar, de maneira clara, as responsabilidades de todos os envolvidos, provendo uma atuação coordenada e eficiente, sem sobreposições ou lacunas. Nesse sentido, pode-se dizer que a terceira linha de defesa
- (A)** é responsável por identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos, guiando o desenvolvimento e a implementação de políticas e procedimentos internos destinados a garantir que as atividades sejam realizadas de acordo com as metas e objetivos da organização.
  - (B)** contempla os controles primários, que devem ser instituídos e mantidos pelos gestores responsáveis pela implementação das políticas públicas durante a execução de atividades e tarefas, no âmbito de seus macroprocessos finalísticos e de apoio.
  - (C)** é destinada a apoiar o desenvolvimento dos controles internos da gestão e realizar atividades de supervisão e de monitoramento das atividades que incluem gerenciamento de riscos, conformidade, verificação de qualidade, controle financeiro, orientação e treinamento.
  - (D)** é representada pela atividade de auditoria interna governamental, que presta serviços de avaliação e de consultoria, com base nos pressupostos de autonomia técnica e de objetividade.
  - (E)** é composta pelos Assessores e Assessorias Especiais de Controle Interno (AECI) e pode ter sua atuação complementada por outras estruturas específicas definidas pelas próprias organizações.
- 36** Os princípios éticos que integram o Código de Ética dos Servidores do Tribunal de Contas da União (CESTCU) formam a base, a disciplina e a estrutura, bem como proveem o clima, bem como influenciam a aplicação das Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União (NAT). Nesse sentido, pode-se dizer que não faz parte do elenco de princípios éticos que orientam o trabalho dos auditores, de acordo com as NAT
- (A)** interesse público, preservação e defesa do patrimônio público.
  - (B)** Integridade.
  - (C)** independência, objetividade e imparcialidade.
  - (D)** eficiência e eficácia dos procedimentos.
  - (E)** uso do cargo, de informações e de recursos públicos.



- 37** “O controle de qualidade nas auditorias operacionais, previsto no Manual de Auditoria Operacional do TCU, é realizado com o auxílio de determinadas técnicas e procedimentos rotineiros que facilitam a sua aplicação. Dentre essas técnicas e procedimentos tem-se que: “tem por objetivo avaliar a lógica da auditoria e o rigor da metodologia utilizada. Possibilita, ainda, que a equipe seja alertada sobre falhas na concepção e no desenvolvimento dos procedimentos”. Este conceito refere-se ao(s) (à)
- (A) checklists de qualidade.
  - (B) cronograma.
  - (C) matriz de planejamento.
  - (D) matriz de achados.
  - (E) painéis de referência.
- 38** Determinado governo estadual projetou, no início do ano, suas receitas e despesas primárias para cada bimestre do exercício financeiro de 2019, considerando as melhores estimativas para esse período. As referidas receitas e despesas projetadas estavam compatíveis com as receitas previstas e com as despesas autorizadas na LOA e foram registradas por R\$ 20.000 e R\$ 18.000 por cada bimestre, respectivamente. No entanto, no terceiro bimestre a receita não se comportou como o esperado, sendo registrada uma queda de 20% em relação ao valor previsto para o bimestre. Neste caso, pode-se afirmar que o gestor, para cumprir as metas fiscais, de acordo com a LRF, deve:
- (A) diminuir proporcionalmente o montante de despesas naquele bimestre.
  - (B) limitar proporcionalmente o empenho de despesas no bimestre posterior.
  - (C) manter intactos os empenhos de despesas até o restabelecimento das receitas.
  - (D) readequar a previsão de resultado primário para os bimestres subsequentes.
  - (E) realizar antecipação de receitas para coberturas das despesas primárias do bimestre.
- 39** Um ente da federação controla seu endividamento pela ótica da dívida líquida. Para o ano de 2019, verificou que seus haveres financeiros eram de R\$ 1.000.000,00, remunerado a 7,5% ao ano e que suas obrigações eram de R\$ 1.500.000,00, com taxas de juros incidentes de 15% ao ano. Nesse mesmo período, seus Ativos Não Financeiros e seu Patrimônio Líquido eram, respectivamente, R\$ 1.300.000,00 e R\$ 800.000,00. Com base nessas informações, pode-se afirmar que sua dívida líquida é
- (A) R\$ 300.000,00.
  - (B) R\$ 600.000,00.
  - (C) R\$ 500.000,00.
  - (D) R\$ 150.000,00.
  - (E) R\$ 200.000,00.



**40** O governo federal adquiriu uma máquina para extração de pedras, que deveriam ser usadas na pavimentação de rodovias. O valor gasto na compra da referida máquina foi de R\$ 800.000,00, realizada em 02/02/2018. Para colocá-la em funcionamento, gastou mais R\$ 120.000,00 na montagem e R\$ 30.000,00 de frete. A vida útil da máquina foi estimada em 10 anos. Também, definiu R\$ 80.000,00 como valor residual. A máquina entrou em funcionamento em 30/03/2018. Após 2 anos de uso, o governo decidiu descontinuar o empreendimento, repassando para a iniciativa privada a concessão para a exploração da mina. À empresa vencedora da licitação, vendeu a máquina por R\$ 700.000,00.

Sem considerar a incidência de tributos nas transações descritas, pode-se afirmar que o resultado da venda da máquina obtido pelo governo foi um(a)

- (A) Ganho de R\$ 60.000,00.
- (B) Perda de R\$ 76.000,00.
- (C) Perda de R\$ 60.000,00.
- (D) Ganho de R\$ 11.000,00.
- (E) Perda de R\$ 11.000,00.

**41** Considerando as informações da questão anterior, o governo federal verificou que o desempenho do serviço de extração de pedras nos anos de 2018 e 2019 foi pior do que o esperado e que não havia perspectiva de mudança para melhor em períodos posteriores. Em 31/12/2019, o valor líquido de venda da máquina era de R\$ 770.000,00 e seu valor em uso foi estimado em R\$ 740.000,00. Com base nessas informações, pode-se afirmar que, em 31/12/2019, o governo federal evidenciou em seu Balanço um(a)

- (A) perda por desvalorização de R\$ 57.750,00.
- (B) depreciação acumulada de R\$ 140.000,00.
- (C) valor contábil de R\$ 783.000,00.
- (D) perda por desvalorização de R\$ 37.750,00.
- (E) valor recuperável de R\$ 750.000,00.

**42** Determinado governo estadual adquiriu serviços especializados de consultoria para uma situação específica no ano de 2018. O serviço foi realizado e entregue em meados do segundo semestre do mesmo ano. A despesa tinha sido prevista, mas não houve pagamento do serviço e, no fechamento daquele exercício financeiro, verificou-se que a despesa acabou por não ser processada. Sempre que situações como essa ocorrem, no ano seguinte

- (A) deverá ser registrado patrimonialmente um Déficit Acumulado, pois o fato gerador já ocorreu.
- (B) não há necessidade de registro patrimonial, apenas registra-se a despesa no orçamento do ano corrente.
- (C) deverá ser registrado um passivo, tendo em vista tratar-se de uma obrigação que deverá ser cumprida.
- (D) deverá ser registrada uma Variação Patrimonial Diminutiva (VPD), pois trata-se de uma obrigação presente com efeito retroativo.
- (E) não há necessidade de qualquer registro, pois trata-se de um fato permutativo, cujo fato gerador já ocorreu.



- 43** Quando o ente público firma, com terceiros, contrato de concessão de serviços relacionados aos seus ativos, deve considerar que o contrato e outros acordos confirmam às partes direitos e obrigações, tal como se estivessem na forma de contrato. A esse respeito, conforme a NBC TSP 05, está-se referindo ao conceito de
- (A) concessionária.
  - (B) acordo de concessão de serviço.
  - (C) acordo vinculante.
  - (D) ativo de concessão de serviço.
  - (E) Concedente.
- 44** Um ente público que vise melhorar a confiabilidade, a relevância e a comparabilidade de suas demonstrações contábeis, deve se pautar pelo que prevê o MCASP e a NBC TSP 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e correção de erro. A esse respeito, quando é dito que “um ajuste nos saldos contábeis de ativo ou passivo que decorrem de nova informação ou inovações, portanto não se trata de retificação de erros”, pode-se afirmar que se está fazendo referência à(a)
- (A) aplicação retrospectiva.
  - (B) aplicação impraticável.
  - (C) reapresentação retrospectiva.
  - (D) políticas contábeis.
  - (E) mudança de estimativa contábil.
- 45** Uma prefeitura da Região Norte do Brasil celebrou convênio com uma empresa para arrecadação de tributos. No final do exercício financeiro, a partir da solicitação de restituição de valores feita pela empresa conveniada, constatou-se que um montante representativo de 20% do saldo do convênio deveria ser devolvido. Como a devolução ocorreu dentro do mesmo exercício financeiro, o contador procedeu à contabilização
- (A) integral do valor arrecadado como reversão de receita.
  - (B) como dedução da receita orçamentária.
  - (C) como despesa orçamentária.
  - (D) de uma obrigação.
  - (E) em déficit acumulado.
- 46** O governo federal, visando estimular projetos sociais, resolveu renunciar a algumas de suas receitas no ano de 2020. Decidiu que o montante do imposto cobrado na operação anterior deveria ser utilizado para neutralizar o efeito de recuperação dos impostos não cumulativos, pelo qual o Estado se apropria do valor da isenção nas etapas subsequentes da circulação da mercadoria. Pode-se dizer que esse tipo de renúncia se refere ao(à)
- (A) remissão.
  - (B) anistia.
  - (C) crédito presumido.
  - (D) isenção.
  - (E) devolução de créditos fiscais.





- 47** No ano de 2020, a empresa de tecnologia de determinado estado federado foi contratada para treinar os servidores da Secretaria de Educação, pertencente ao mesmo ente federativo. O valor da despesa com esse serviço foi de R\$ 900.000,00 e foi previsto no orçamento da Secretaria de Educação. Considerando essas informações, pode-se afirmar que
- (A)** a empresa de tecnologia do estado deverá registrar uma receita extraorçamentária, pois está recebendo recursos de um ente da mesma esfera de governo.
  - (B)** há uma nova entrada de recursos nos cofres públicos, representada pela receita de prestação de serviços pela empresa de tecnologia.
  - (C)** tanto a receita quanto a despesa são extraorçamentárias e devem ser registradas, mas não causam impacto no patrimônio líquido do ente federativo.
  - (D)** trata-se de receita e despesa intraorçamentária, pois ambas, empresa e Secretaria, integram o mesmo orçamento fiscal e de seguridade social.
  - (E)** a receita recebida pela empresa representa uma nova entrada de recursos nos cofres públicos e é intraorçamentária, por se tratar de entes pertencentes ao mesmo governo.
- 48** Determinado ente do governo federal contratou uma empresa para fornecer alimentos durante eventos realizados por todo o ano de 2021. A empresa forneceu integralmente os produtos ao ente governamental. A despesa foi empenhada, mas não houve liquidação, nem pagamento durante aquele ano. Para o governo federal, o registro correto da despesa no ano de 2022, considerando a classificação quanto à natureza é
- (A)** despesa orçamentária, classificada como despesa de capital, serviços de terceiros pessoa jurídica.
  - (B)** despesa orçamentária, classificada como despesa corrente, tendo em vista que o pagamento ocorrerá no ano em curso.
  - (C)** despesa extraorçamentária, pois trata-se de restos a pagar, cujo empenho foi realizado no exercício anterior.
  - (D)** despesa intraorçamentária, pois não houve desembolso no exercício financeiro em que ocorreu o fato gerador.
  - (E)** despesa extraorçamentária, pois constitui instrumento para alcançar os fins dos programas governamentais.
- 49** Certo prefeito, ao acompanhar a execução orçamentária de seu município, verificou que a dotação orçamentária prevista na LOA estava totalmente ajustada e não seria suficiente para atingir os objetivos previstos para aquele exercício financeiro em relação à implantação dos portais de transparência da prefeitura. Considerando a legislação vigente (Lei nº 4.320/1964 e demais alterações), pode-se afirmar que a medida correta a ser tomada pelo prefeito, sem prejuízo das demais despesas previstas é
- (A)** utilizar créditos adicionais suplementares.
  - (B)** utilizar créditos adicionais especiais.
  - (C)** utilizar créditos adicionais extraordinários.
  - (D)** utilizar realocação denominada remanejamento.
  - (E)** utilizar realocação denominada transferências.



**50** A execução orçamentária de determinado estado da federação evidenciou a previsão de uma despesa corrente, cujo fato gerador ocorreu dentro do exercício, tendo sido no mesmo período empenhada e liquidada, mas não paga. Contabilmente, o contador realizou os seguintes registros:

No momento do empenho da despesa orçamentária:

- Registro no sistema orçamentário:

D – Crédito Disponível

C – Crédito empenhado a liquidar

- Registro no sistema de controle:

D – Execução da Disponibilidade de Recurso

C – DDR (Disponibilidade por Destinação de Recursos) comprometida por empenho

No momento da ocorrência do fato gerador:

- Registro no sistema patrimonial:

D – Variação Patrimonial Diminutiva

C- Passivo Circulante

- Registro no sistema orçamentário

D – Crédito Empenhado a Liquidar

C- Crédito Empenhado em Liquidação

De acordo com a NBC TSP – Estrutura conceitual e nas informações disponíveis no comando da questão, pode-se afirmar que

**(A)** os registros realizados pelo contador são suficientes para evidenciar todos os fatos relativos à despesa corrente em análise.

**(B)** há necessidade de fazer registro da liquidação:

- no sistema orçamentário

D – Crédito Empenhado em liquidação

C – Crédito Empenhado a Liquidar

- no sistema contábil:

D – Passivo Circulante

C – Caixa ou Equivalente de Caixa

**(C)** há necessidade de registrar apenas no sistema orçamentário:

D – Crédito Empenhado em Liquidação

C – Crédito Empenhado a Liquidar

**(D)** há necessidade de registrar apenas no sistema de controle:

D – DDR Comprometida por Empenho

C – DDR Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias

**(E)** há necessidade de registrar:

- no sistema orçamentário:

D – Crédito Empenhado em Liquidação

C – Crédito Empenhado a Liquidar

- no sistema de controle:

D – DDR Comprometida por Empenho

C – DDR Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias